

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda da Superintendência e das Delegacias descentralizadas do estado do Acre, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o processo de contratação, em consonância com o art. 11 da Instrução Normativa SGD-ME n.º 01/2019.

1.2. O objeto é um registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional - LDN, com Discagem Direta a Ramal – DDR além de serviço de acesso Internet banda larga de forma irrestrita, uma vez que estes são serviços imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais da Polícia Federal no Acre. A análise desses dados foi realizada pela equipe técnica, a qual é composta por Setor Requisitante (titular e substituto), integrante administrativo, integrante técnico, dentre outros agentes atuantes no processo licitatório de Pregão Eletrônico.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A realização de licitação para Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional - LDN, com Discagem Direta a Ramal – DDR além de serviço de acesso Internet banda larga de forma irrestrita, visto que estes são serviços imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais da Polícia Federal no Acre, se justifica essencialmente pelas seguintes razões:

- A necessidade da contratação dos serviços de telefonia fixa se faz em virtude da necessidade da Instituição, ao desenvolver suas atividades rotineiras, necessitar de um meio de comunicação fácil e rápido, a curta e a longa distância, seja ele fixo ou móvel. Os serviços de telefonia atualmente são imprescindíveis na Administração Pública como instrumento facilitador da comunicação nas atividades do órgão, garantindo aos servidores a maximização de sua produção diária e a obtenção da pretendida eficiência.
- A execução dos serviços em tela atenderá às necessidades das Unidades da Polícia Federal no Acre, no que tange às comunicações telefônicas de servidores, transmissão segura de dados entre as unidades de inteligência e ao monitoramento e interceptações autorizadas de ligações telefônicas e de dados, sendo essencial ao pleno desempenho das atividades do órgão, auxiliando na execução de Missões Policiais e Atividades Administrativas, no Estado do Acre e em todo Território Nacional.
- Os serviços de telefonia e correlatos estão relacionados ao uso de tecnologia para implementar a comunicação e transmissão de dados e de informações entre pessoas, entre instituições e, entre pessoas e instituições. Em um mundo globalizado a comunicação ocupa fundamental papel, reduzindo distâncias e conferindo celeridade às interações pessoais e institucionais. Neste contexto, as atividades de segurança pública requerem acesso aos mais sofisticados recursos e soluções tecnológicas disponíveis para realizar com eficiência e em tempo real, seu mister de prevenção e combate às, cada vez mais organizadas, atividades criminosas.
- É importante frisar que o contrato atual com empresa especializada em prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo - fixo e fixo - móvel) nas modalidades local, longa distância nacional - LDN e longa distância internacional - LDI não poderá ser prorrogado pois a empresa informou que encerrará as suas atividades.
- O Governo Federal, como toda grande organização, tem gastos volumosos com serviços de telefonia e dados nos órgãos e entidades que o compõem. Os crescentes desafios colocados para o governo acabam induzindo o aumento da máquina administrativa e, conseqüentemente dos gastos com seus serviços.
- Parte significativa desses dispêndios pode ser reduzida com processos de contratação eficientes, planejados previamente por meio da apuração das necessidades e das demandas de cada órgão da administração.
- A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. NTI/SR/PF/AC

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

4.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição daquela considerada mais adequadas a tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

4.2. O serviço telefônico fixo na modalidade Local devem compreender a realização de chamadas locais de telefones fixos para telefones fixos, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal – DDR), no caso de telefones fixos além de serviço de acesso Internet banda larga de forma irrestrita.

- Os serviços de telefonia devem contemplar as modalidades longa distância, além do serviço de *Roaming* nacional e internacional.
- Deve-se considerar o melhor aproveitamento possível dos investimentos já realizados em infraestrutura do órgão,
- Deve-se assegurar que a solução de telefonia contratada garanta um nível mínimo de qualidade pré-estabelecido.
- Que seja minimizado o *Downtime* de migração entre as soluções.
- Não haja dependência de tecnologias proprietárias ou de determinados fabricantes e equipamentos.
- A solução proposta seja comum de mercado e apta a ser fornecida por diferentes prestadores de serviço do ramo.
- A solução deve estar apta a ser utilizada pelo órgão e entidades de diferentes tamanhos e com diferentes quantidades de funcionários.
- A solução deve prover mecanismos que assegurem a segurança das comunicações realizadas, no tocante à disponibilidade, integridade e confidencialidade.
- Os serviços telefônicos devem ser migrados assegurando-se os mesmos identificadores de números telefônico.
- Os serviços devem estar disponíveis em diferentes regiões do Brasil.

5. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

5.1. Nesse sentido, a presente seção descreve os requisitos tecnológicos considerados para fins de identificação e definição da solução mais adequada, conforme relação a seguir:

1. Os serviços de telefonia fixa deve assegurar:

- Entrega dos serviços de telefonia e serviços SIP em pleno funcionamento,
- Migração para faixa exclusiva do governo federal e portabilidade dos ramais,
- Garantia de todos os serviços adquiridos na compra,
- que os Troncos Digitais (E1) serão fornecidos no padrão ISDN ou SIP, no padrão suportado pela(s) Central(is) Telefônica(s) da Polícia Federal no Acre,
- Saída fornecida pela CONTRATADA deverá ser suficiente para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico,

- Entrega dos serviços de telefonia fixa com entroncamento digital E1 e IP (este último aonde houver disponibilidade e solicitação do contratante), em pleno funcionamento em equivalência a necessidade da Polícia Federal no Acre,
 - Para prestação dos serviços de telefonia fixa local, a CONTRATADA deverá fornecer e conectar Troncos de Entrada e Saída Digitais SIP junto à(s) Central(is) Telefônica(s) da Polícia Federal no Acre.
2. O Serviço de Internet Banda Larga deve assegurar

- Ter acesso a internet em Link de 100 Mbps, no mínimo;
- Tecnologia de fibra óptica ou cabo coaxial;
- Permitir **VPN remoto** entre as unidades da PF;
- Funcionar em escala 7 X 24 , ou seja, 7 dias por semana e 24 horas por dia inclusive feriados;
- Sem limitação do tráfego mensal;
- Sem limite de conexões e sessões simultâneas;
- Sem qualquer tipo de filtro, bloqueio, limitação ou *traffic shaping*;
- Sem inclusão de provedor de conteúdo;
- Monitoramento do tráfego em tempo real, através disponibilização de ferramenta específica, podendo ser do tipo *web*, em conformidade ao art. 10 da Resolução ANATEL nº 574/11;
- Suporte técnico em regime 24x7x365;

6. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

Além dos requisitos de negócio e tecnológicos, a presente sessão destaca aqueles requisitos que devem ser considerados ao longo do planejamento da contratação para se assegurar o alcance dos objetivos pretendidos com a licitação, conforme a seguir:

1. - O serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional é estabelecido pela ANATEL, em sua Resolução nº 477, art. 21, parágrafo 2º, assim entendidas as ligações oriundas da região em questão para todo e qualquer Estado da Federação.
2. - A contratação em questão serão realizadas mediante Pregão Eletrônico, conforme o Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro 2013, que pretendem contratar as quantidades estimadas no documento denominado “Perfil de Tráfego”, ambos anexos a este Termo de Referência.
3. - Os serviços de telefonia enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, devendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.
4. Dentre as obrigações do contratante está dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou Fiscal do Contrato, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
5. De forma a garantir a isonomia na disputa entre as operadoras será adotada como critério de tarifação a metodologia dada pelo Art. 12 do Anexo à Resolução nº 424 da ANATEL.
6. Haverá prestação de garantia contratual, conforme definido pelo Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato, com vistas a assegurar o ressarcimento a eventual dano decorrente da indisponibilidade do serviço em face da migração dos serviços.
7. Os equipamentos instalados pela Contratada no ambiente da Contratante, para disponibilizar os circuitos, devem estar aderente à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
8. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017/SEGES e nº 01/2019/SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de equipamentos que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.
9. A Contratada deverá observar outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação, observando, no que couber, as "Ações de Responsabilidade da Contratada", constantes no "Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade". Guia disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/GuiaRequisitosdeSIparaContratacoesdeTI.pdf>.
10. A empresa contratada deverá possuir uma Política de Segurança da Informação (POSIN), ou equivalente, aderente ao disposto na IN GSI/PR nº 1, de 27 de maio de 2020, incluindo políticas ou normas para proteção de dados pessoais vigentes e atualizadas, com processo de revisão periódico formalizado e institucionalizado, de forma a garantir, dentre outros requisitos, o uso de sistemática e procedimentos de segurança da informação para assegurar não apenas a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade, mas também a consistência, a privacidade e a confiabilidade dos dados e informações tratados pela Solução de TIC .
11. A Contratada deverá Realizar, em conjunto com a contratante, análise de impacto na privacidade dos dados pessoais relacionada à Solução de TIC, considerando o descrito pelo relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018, quando da concepção de qualquer novo projeto, produto ou serviço.

7. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENES E SERVIÇOS

1. As quantidades foram estimadas com base nas informações do Documento de Formalização da Demanda.
2. A partir destes estudos e das reuniões realizadas, chegou-se à necessidade ideal de contratação dos seguintes quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA TOTAL MENSAL	QUANT. ESTIMADA TOTAL ANUAL
1	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	Minutos	6.750	81.000
2	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL (VC1)	Minutos	5.000	60.000
3	Habilitação/Instalação/remanejamento/reconfiguração de links E1 para 30 canais (cobrança única por evento)	Unidades	1*	1*
4	Assinatura mensal link E1 para 30 canais	Unidades	1	12
5	Assinatura mensal DDR para grupo de 50 ramais (cinquentena)	Cinquentenas	8	96
6	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC-LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4)	Minutos	6.525	78.000
7	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	Minutos	3.000	36.000
8	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	Minutos	75	900
9	Serviço de conexão à internet para permitir a transferência digital de dados de, no mínimo, 100 (cem) Mbps de velocidade nominal.	Pontos de Conexão	20	20

OBS: Todos os itens marcados com asterisco são de habilitação ou instalação únicas não existindo, portanto, o cálculo de quantidades mensais e ou anuais.

O Quantitativo máximo é uma vez e meia a estimativa total mensal.

8. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

ID	Formas de contratação
A	Contratação de serviços de telefonia fixa e móvel (Telefonia Tradicional).
B	Contratação de serviços de telefonia em nuvem (PABX em nuvem)
C	Contratação de serviços de comunicação unificada (UCaaS)
D	Contratação de Serviços de Internet banda larga
ID	Cenários Tecnológicos
A	A abordagem tradicional de fornecimento de serviços de telefonia ao usuários internos e externos dos órgãos da administração pública é o provimento de uma infraestrutura interna centrada em um dispositivo de comutação telefônica chamado de PABX (Private Automatic Branch Exchange) que é responsável pela interface entre os terminais telefônicos pessoais e o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) provido pelas operadoras do setor.
B	A telefonia em nuvem (Cloud Telephony), também chamada de PABX em nuvem (Cloud PABX), é um modelo de negócio de fornecimento do serviço de telefonia IP, incluindo a PABX, pela internet por meio de um provedor externo. Segundo estudo realizado pela BrightlinkIP, esse modelo permite que a organização reduza os seus custos de capital (CAPEX) com a aquisição e manutenção de hardwares, seja a PABX propriamente dita, seja com os terminais de telefonia IP.
C	O conceito de Comunicações unificadas é uma evolução da abordagem de telefonia em nuvem, ou seja, consiste na combinação de acesso e compartilhamento de dados, roteamento, gerenciamento de comunicações, entrega de serviços integrados de voz, mensagens, colaboração, vídeo e aplicações de conferência, entre outros serviços de comunicação. Segundo a consultoria Forrester Research Inc, as comunicações unificadas (UC), ou UCaaS, são plataformas que integram, de forma inteligente, vários aplicativos de comunicação e colaboração para melhorar os processos de negócios. A combinação de presença e disponibilidade com voz, vídeo, e-mail e mensagens instantâneas facilita a comunicação pelo caminho ideal com funcionários, clientes e fornecedores e, por fim, otimiza os processos de negócios. Embora os vários aplicativos associados às plataformas de UC possam ser implantados como autônomos, o UC fornece uma interface de usuário comum para esses aplicativos, simplificando a utilização pelos funcionários em uma plataforma integrada. Isso promove o uso mais alto desses aplicativos e resulta em melhores processos de negócios e produtividade dos funcionários.
D	Como o próprio nome diz, é a tecnologia que realiza um grande tráfego de dados, o que resulta numa conexão mais rápida, segura e estável.

9. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1 - Telefonia Tradicional	X		
	Solução 2 - PABX em Nuvem	X		
	Solução 3 - UCaaS		X	
	Solução 4 - Banda Larga	X		
A solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?	Solução 1 - Telefonia Tradicional			X
	Solução 2 - PABX em Nuvem			X
	Solução 3 - UCaaS			X
	Solução 4 - Banda Larga			X
A solução é composta por software livre ou software público?	Solução 1 - Telefonia Tradicional	X		
	Solução 2 - PABX em Nuvem		X	
	Solução 3 - UCaaS		X	
	Solução 4 - Banda Larga		X	
A solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de Governo ePing, eMag e ePWG?	Solução 1 - Telefonia Tradicional	X		
	Solução 2 - PABX em Nuvem	X		
	Solução 3 - UCaaS	X		
	Solução 4 - Banda Larga	X		
A solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil?	Solução 1 - Telefonia Tradicional			X
	Solução 2 - PABX em Nuvem			X
	Solução 3 - UCaaS			X
	Solução 4 - Banda Larga			X
A solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil?	Solução 1 - Telefonia Tradicional			X
	Solução 2 - PABX			X

	em Nuvem			
	Solução 3 - UCaaS			X
	Solução 4 - Banda Larga			X

9.1.

10. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Esta seção, as soluções identificadas e consideradas inviáveis são registradas conforme previsto no §1º do art. 11 da IN. 01/2019 SGD/ME. A inviabilidade da contratação de determinada solução pode se dar por diversos motivos. Tais circunstâncias impeditivas podem ser transitórias ou permanentes.

Em estudo realizado pela Coordenação-Geral de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação da Central de Compras no ano de 2019 foi levantada a possibilidade de implementar novo modelo de prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) para níveis hierárquicos previamente definidos do Poder Executivo Federal. Esse trabalho apresenta conceitos de modelos de gerenciamento de prestação do SMP. Embasado na Gartner (How to Successfully Navigate the Hurdles of Global-Scale BYOD Implementations. Stanford: Gartner, 13 de junho de 2019, p. 3) existem 4 modelos possíveis:

i) Tradicional:

O Empregador possui a propriedade e o gerenciamento dos dispositivos disponibilizados aos seus funcionários.

ii) CYOD - Choose Your Own Device :

Segue a abordagem tradicional;

Os funcionários escolhem, dentre diversos aparelhos disponibilizados pela empresa, qual equipamento irá utilizar.

iii) BYOD - Bring Your Own Device:

Funcionário utiliza um dispositivo de sua propriedade e responsabilidade para acessar recursos comerciais.

iv) Híbrido:

Combinação entre as abordagens acima.

Nesse ensaio, observou-se as formas de subsídios que podem ser utilizadas nesse tipo de serviço, conforme a Gartner (How to Manage BYOD Stipends, Reimbursements and Allowances,

2018 Update. Stanford, Gartner, 20 de setembro de 2018, p. 3.), existem três formas de subsídios: Estipêndio, Reembolso e Compensação. O primeiro refere-se a uma quantia fixa paga periodicamente visando cobrir custos específicos de despesa. Ele é acrescido à remuneração, incidindo, assim, tributos. Já o Reembolso é o pagamento da despesa do funcionário mediante comprovação prévia. Por fim, o último faz referência a uma quantia fixa atribuída periodicamente para que o trabalhador utilize-o a fim de cobrir gastos com SMP. Além disso, não há necessidade de comprovação das despesas. O projeto identificou também entidades públicas que utilizam essas formas de subsídio, como o Tribunal de Contas da União, utilizando a Compensação com prestação de contas anual, e a CAIXA, empregando o reembolso mediante comprovação dos gastos. Essa tese identificou que, ao utilizar a compensação com prestação de contas anual, tem-se a potencialidade de redução dos gastos administrativos na grandeza de 87% a 32%; redução direta de custos administrativos e de pessoal aproximadamente de 94%; possibilidade de alterar os valores compensados alinhados com os praticados no mercado, o que pode alcançar a diminuição dos custos com SMP entre R\$ 48.616 milhões e R\$ 17.626 milhões em 5 anos.

Entretanto, para implementar este modelo alguns passos são necessários:

i) Alterar o Decreto nº 8.540, de 09 de outubro de 2015;

ii) Realizar ajustes administrativos para compensação;

iii) Impossibilitar a renovação e licitação cujo objeto é de telefonia móvel.

Por fim, esta solução torna-se inviável para o momento atual, haja vista a necessidade de avaliação acerca da viabilidade da implantação dessa solução em maior escala no Poder Executivo Federal, além da necessidade de se revisar e alterar normativos específicos, tais como o Decreto nº 8.540, de 09 de outubro de 2015, que estabelece medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos..

11. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

11.1. Será considerado apenas a **estimativa de custo da compra** que será realizada pela SR/PF/AC.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes deste instrumento e seus anexos. Contratação de Internet Banda Larga, a tecnologia que realiza um grande tráfego de dados, o que resulta numa conexão mais rápida, segura e estável possibilitando o acesso via Wi-fi nas dependências. E a tecnologia VOIP é a união da telefonia com a internet, sendo a Voz sobre o IP.

13. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

A estimativa da demanda de serviços de telefonia fixa utilizou como referência o perfil de consumo contratado da última compra (ARP nº 01/2018 MP e ARP nº 05/2018 MP) projetando-o sobre o perfil de demanda registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) que contém a previsão de contratação para 2021 da Polícia Federal no Acre.

Classificando-se os itens registrados nas atas de registro de preços da última compra centralizada, obteve-se os seguintes quantitativos:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA TOTAL MENSAL	C
1	1	Ligações locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	Minutos	6.750	
1	2	Ligações locais de telefones fixos para telefones móveis - STFC - LOCAL FIXO MÓVEL (VC1)	Minutos	5.000	
1	3	Habilitação/Instalação/remanejamento/reconfiguração de links E1 para 30 canais (cobrança única por evento)	Unidades	1	
1	4	Assinatura mensal link E1 para 30 canais	Unidades	1	
1	5	Assinatura mensal DDR para grupo de 50 ramais (cinquentena)	Cinquentenas	8	
1	6	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos - STFC LDN FIXO-FIXO (Degraus 1 a 4)	Minutos	6.525	
1	7	Ligações de Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDN FIXO-MÓVEL (VC2 E VC3)	Minutos	3.000	
1	8	Ligações LDI (LDI - STFC - F/FM) Origem Fixo - Qualquer País/Região	Minutos	75	

2	1	Serviço de conexão à internet para permitir a transferência digital de dados de, no mínimo, 100 (cem) Mbps de velocidade nominal.	Pontos de Conexão	20	
VALOR ANUAL GLOBAL					

OBS. 1: demandas em minutos.

14. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

1. A contratação destina-se a manutenção e atualização dos recursos de comunicação por Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), contratação de serviços de telefonia em nuvem e contratação de serviço de Internet banda larga essenciais para a execução das atividades administrativas e operacionais das unidades da Polícia Federal no Estado do Acre e justifica-se a contratação de serviços de natureza continuada especificadas abaixo.
2. A atividade de prestação do STFC não é inerente às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da Polícia Federal, o que justifica a contratação indireta. Desse modo, a escolha pela solução 1 - Contratação de serviços de telefonia fixa e móvel (Telefonia Tradicional) apresentou-se economicamente mais adequada para um processo de contratação do serviço STFC, sem prejuízo a futuros estudos com um olhar individualizado que apontem outras soluções considerando a realidade específica da Polícia Federal no Acre.

A escolha pela solução 2 - Trata-se de uma tecnologia atual, eficiente e de baixo custo que vem sendo implementada em todas as superintendências do Brasil, facilitando e barateando assim a comunicação interna e externa.

A escolha pela solução 4 - Internet Banda larga é a forma mais econômica de ligar os computadores e outros dispositivos na VPN, podendo assim acessar a rede da Polícia Federal.

15. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos				Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano XX	
Solução Viável 1	R\$ 210.652,28	R\$ 210.652,28	R\$ 210.652,28	R\$ 210.652,28	R\$ 1.053.126,40

15.1.

16. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 16.1. Disponibilizar internet banda larga sem fio, para atendimento ao público.
- 16.2. Disponibilizar internet sem fio para uso dos servidores e demais colaboradores da SR/PF/AC, Delegacias e postos no Acre.
- 16.3. Possibilitar um melhor uso do equipamento SD-WAN instalado na SR/PF/AC, melhorando o acesso a internet e aos sistemas corporativos.
- 16.4. Permitir uso de telefonia para comunicação interna e externa.

17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOADAS

Designação de fiscais, conforme recomendado pela IN n.º 01/2019.

Após conclusão do processo licitatório, identificar calendário de início de prestação do serviço para planejamento e possível treinamento dos técnicos para a boa prestação.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A declaração da viabilidade da contratação expressa nesta seção apresenta a justificativa da solução escolhida, abrangendo a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Nesse sentido, o planejamento em tela almeja os seguintes resultados:

Economia no valor da licitação em função do ganho de escala;

Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;

Efetividade com a padronização dos serviços, equipamentos e aumento da qualidade das especificações técnicas;

No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis;

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

19. RESPONSÁVEIS

19.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Despacho SR/PF/AC (SEI nº 23128884).

19.2. Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC:

YURI FONTOURA
APF
Matrícula/SIAPE: 3208927
INTEGRANTE REQUISITANTE

LUIZ AUGUSTO MATOS

Rio Branco, 13 de maio de 2022.

20. **APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

20.1. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019.

ÉRICO BARBOZA ALVES

Superintendente Regional da SR/DPF/AC

Matrícula/SIAPE: 1395500

AUTORIDADE MÁXIMA DA UASG



Documento assinado eletronicamente por **YURI DE SOUZA FONTOURA, Chefe de Núcleo**, em 30/06/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ÉRICO BARBOZA ALVES, Superintendente Regional**, em 30/06/2022, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23715774** e o código CRC **4AED9D8D**.